



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680997 - SP (2021/0224024-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SIMONE LAVELLE GODOY DE OLIVEIRA - SP271161
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO AFONSO DA SILVA NOBRE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO AFONSO DA SILVA NOBRE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Após julgamento dos recursos de apelação da defesa e da acusação, o paciente foi condenado, pela prática do crime de tráfico de drogas, à pena de 8 anos, 6 meses e 2 dias de reclusão em regime inicial fechado. Contra esse acórdão foi impetrado o presente *habeas corpus*.

Primeiramente, o impetrante sustenta que as provas colhidas na fase policial foram objeto de ilegal invasão domiciliar, razão pela qual se trata de provas ilícitas, o que conduz à nulidade absoluta do processo penal em questão. Além disso, alega que a exasperação da pena-base acima do mínimo legal não foi devidamente fundamentada. Por fim, no que se refere ao disposto no art. 61, II, *j*, do CP, aduz que "nada demonstra qualquer nexó entre a prática delitiva e o estado de calamidade a fim de que a agravante possa ser aplicada" (fl. 11).

Requer, em pedido liminar e no mérito, que "seja concedida a segurança para cassar a decisão impugnada, a fim de que seja declarada nula a prova produzida em violação de norma constitucional, absolvendo-se o paciente, ou, subsidiariamente, sejam afastados os aumentos na pena impostos no acórdão" (fl. 12).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do

magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente